

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 131/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

LOCAL: www.ourofino.mg.gov.br

FINALIDADE: **REGISTRO DE PREÇOS**

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS **(23/06/2026 – 08h00)**

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: **(07/07/2026 – 08h00)**

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: **(07/07/2026 – 08h15)**

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: **(07/07/2026 – 08h30)**

SISTEMA: WWW.NOVOBBMNET.COM.BR

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município.

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: **NÃO**

VALIDADE DA PROPOSTA: **60 DIAS**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Ouro Fino – Estado de Minas Gerais, com endereço à Av. Cyro Gonçalves, 173, Centro, neste município de Ouro Fino, CEP 37.570-000, CNPJ 18.671.271/0001-34, isenta de inscrição estadual por meio do Departamento de Saúde da Prefeitura de Ouro Fino, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133 de 2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, do Decreto Municipal n.º 4221/2023, Decreto e demais legislações aplicáveis e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. **O objeto da presente licitação versa sobre a aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.**

1.2. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema do Portal de Compras Públicas e as constantes deste Edital, prevalecerão as constantes deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.1.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

2.1.2.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de n.º 5.764/71, a Lei de n.º 12.690/12 e a Lei Complementar de n.º 130/09;

2.1.2.2. apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

- 2.1.2.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado ao Departamento de Administração indicar nominalmente pessoas;
- 2.1.2.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de n.º 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- 2.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a correta utilização do sistema.
- 2.3. Não poderão participar deste pregão os interessados que:
- 2.3.1. se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- 2.3.2. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 2.3.3. sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 2.3.4. seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.3.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.3.5.1. A vedação do item anterior se estende para eventuais empresas subcontratadas.
- 2.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.3.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e
- 2.3.8. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
- 2.4. O licitante interessado deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.
- 2.5. O licitante interessado poderá enviar os documentos de habilitação exigidos no Edital concomitantemente com a proposta.
- 2.6. O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado para cada item (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2.7. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o Edital".

2.8. **O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste Edital.**

2.9. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

2.10. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

2.11. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

2.12. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

2.13. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

2.14. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

2.15. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3. DOS ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes@ourofino.mg.gov.br. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre esta no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

3.3 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro.

3.4. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.

3.5. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente via internet, para o endereço eletrônico: licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4. DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se cadastrar como usuário perante o provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qual seja, WWW.NOVOBBMNET.COM.BR, sendo observado o seguinte:

a) O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;

- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer processo eletrônico;
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do Portal de Compras Públicas ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- e) Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Declarado encerrado o credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.

5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1. Após a publicação do Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- a) A etapa de que trata o item 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.
- b) O envio da proposta, nos termos do disposto no item 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- c) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.
- d) Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- e) Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no item 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de negociação das propostas de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal n.º 3.815/2021;
- f) Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento do envio de lances.
- g) Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, **02 (duas) horas**, contado da solicitação no sistema pelo Pregoeiro.
- h) Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

l) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto ao certame.

6. DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1. São requisitos da proposta de preço:

- a) ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone e dados bancários.
- b) conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado;
- c) ser elaborada, preferencialmente, nos moldes deste Edital;
- d) conter o prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data-limite.

6.2. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.3. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do Edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame, também serão desclassificadas mediante decisão fundamentada do Pregoeiro.

6.4. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de até **2 (duas) horas**, contados da notificação via sistema.

8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
 - b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
 - b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
- c) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato ou;

g) Número de telefone para contato e e-mail, e-mail este que valerá como meio oficial para recebimento de comunicados, notificações e intimações, de qualquer natureza, mesmo em processos administrativos de aplicação de sanções e de responsabilização;

8.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.
- c) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação;
- b) Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98;
- c) Autorização de funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VI) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98 – exceto para as empresas/equipamentos que forem isentos do cadastro (apresentar declaração/certidão).

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

- a). Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.
 - a.1). No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.
- b). Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal;
- c). Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este Edital;
- d). Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

e). Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que o licitante atende às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual, a sessão será suspensa.

f). O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

g). O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

h). As declarações exigidas neste Edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema Portal de Compras Públicas.

i). Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

j). Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A partir do horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será aberta pelo Pregoeiro com a utilização de chave de acesso e senha.

a) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de chave de acesso e senha.

b) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10. CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

10.1.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas.

10.2. O Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11. MODOS DE DISPUTA

11.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

11.1.1 Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no Edital;

12. MODO DE DISPUTA ABERTO

12.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12.1.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 12.1 e 12.1.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

12.1.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 12.1.1, o Pregoeiro, poderá, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12.2. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

12.3. O Pregoeiro solicitará **ao licitante melhor classificado** que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13. LANCES INTERMEDIÁRIOS

13.1. Serão considerados lances intermediários:

13.1.1. iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

13.1.2. iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

14. DESCONEXÃO DO SISTEMA DURANTE A ETAPA DE LANCES

14.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico: WWW.NOVOBBMNET.COM.BR

15. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

15.1. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as LICITANTES manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

15.2. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual (MEI) ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta

apresentada por ME, MEI ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

15.3.1 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

15.3.1.1 a ME, MEI ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

15.3.1.2 apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

15.3.1.3 não sendo vencedora a ME, MEI ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, MEI e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

15.3.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, MEI e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

15.5. Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar n.º 123/2006, ofertar o **MENOR PREÇO ITEM**.

15.6. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e que **OFERTAR O MENOR PREÇO ITEM**.

15.7. **Será desclassificada:**

a) a proposta que não atender às exigências deste Edital;

b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível.

15.8. Da sessão pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

15.9. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.

15.10. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

16. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

16.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

16.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.1.2. Os licitantes terão, 2 (duas) horas contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 16.1.

17. JULGAMENTO DA PROPOSTA

17.1. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 16.1, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 37 e no § 7.º do art. 23 do Decreto n.º Municipal n.º 3.815/2021, e verificará a habilitação do licitante **classificado em primeiro lugar**, conforme disposições do Edital.

17.1.1. Para fins de verificação da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, será concedido o prazo de **2 (horas)** para que o participante vincule ao sistema eletrônico a documentação indicada no item 8 deste instrumento convocatório, considerando as disposições do inciso II, do art. 63 da Lei Federal 14.133/21.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

18.1. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado, somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

18.2. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

18.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente do Departamento de Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

18.4. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

18.5. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

18.6. As ME, MEI e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

18.6.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da do Departamento de Administração.

18.6.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

18.6.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

18.6.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.5. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão eletrônico; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no Edital.

18.6. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

18.7. O Pregoeiro negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

19. DA ADJUDICAÇÃO

19.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a LICITANTE será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

19.2. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que poderá negociar com o proponente, para que seja obtido o melhor preço.

19.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, oportunidade às licitantes para que manifestem imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência do direito por parte da licitante.

19.4. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestar-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente.

20. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

20.2. **Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.**

20.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

20.4. Tendo a licitante manifestado, motivadamente, a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, na sessão pública do pregão eletrônico, terá ela o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões de recurso.

20.5. As demais licitantes, já intimadas na sessão pública supracitada, terão o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, em secretária.

20.6. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas ao Pregoeiro, por meio eletrônico, no provedor do sistema WWW.NOVOBBMNET.COM.BR, ou por e-mail: licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

20.7. O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

20.8. A falta de apresentação de razões, mencionadas no subitem 19.3., importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

20.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.10. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação no Diário Oficial do Município e no Sítio Eletrônico da Plataforma do Portal de Compras Públicas.

20.11. Os recursos serão processados e decididos nos termos do disposto no § 2º do Art. 165 da Lei 14133/2021.

20.12. Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Após homologado o resultado deste Pregão, a Administração convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura da Ata, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação através de telefonema, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 156 da Lei 14.133/21.

21.1.1. Alternativamente à convocação, a Administração poderá encaminhar para assinatura do da Ata, através de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.

21.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

21.3. É facultado ao Pregoeiro, caso o adjudicatário, quando convocado não assinar o termo de contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

21.4. A Ata de Registro de Preços a ser consignada com o licitante adjudicatário incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

21.4.1. A duração da presente Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021, se for vantajoso para o município, permitida a negociação com a Detentora/CONTRATADA ou a extinção da Ata sem ônus para qualquer das partes.

21.4.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) o Departamento de Saúde poderá optar pela anulação da Ata e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

21.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente de órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

22. DO RECEBIMENTO

22.1. A entrega dos produtos deverão ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura – Rua Geraldo Pinto Ribeiro, 43, Jardim Novo Ouro Fino – Ouro Fino de segunda a sexta das 9h às 15h.

22.2. Concluída a entrega dos equipamentos, o recebimento deste dar-se-á através de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária e pelo fiscal do contrato.

22.3. A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa participante do certame em nome da Prefeitura Municipal de Ouro Fino/MG e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

23 - DOS ENCARGOS

23.1. Incumbe à CONTRATANTE:

23.1.1. Conferir as especificações e receber o material objeto deste Edital;

23.1.2. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, conforme Ordem de Fornecimento;

23.2. Incumbe à CONTRATADA:

23.2.1. Entregar os produtos por sua exclusiva conta e responsabilidade em perfeitas condições no local a ser determinado na Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ouro Fino, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, independentemente das quantidades solicitadas.

23.2.2. Substituir os produtos que estiverem danificados ou fora do prazo de validade, quando da entrega destes.

24. DA EXECUÇÃO E DOS LOCAIS DE ENTREGA

24.1. A Licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do material objeto da presente licitação até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

24.2. A Prefeitura se reserva o direito de realizar apenas parte do objeto licitado, ou rejeitar todos, desde que haja conveniência para o Departamento de Saúde.

24.3. Os locais e a periodicidade das entregas estão previstos no **Termo de Referência**, parte integrante deste Edital.

25. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

25.1. Os produtos objeto do presente Edital serão fornecidos pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

25.2. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional de acordo com a Ordem Cronológica de Pagamentos prevista no Decreto Municipal n.º 4.449/2024.

26. DAS PENALIDADES

26.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 53 do Decreto de n.º 4221/2023, quais sejam:

I – Der causa à inexecução parcial do contrato;

II – Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Der causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII – Tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV – Propuser recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV – Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei

Complementar Federal n.º 123 de 14 de dezembro de 2006;

XVI – Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII – Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII – Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX – Deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX – Mantiver empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do Edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI – Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII – Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII – Deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV – Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo Departamento de Administração;

XXV – Deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI – Deixar de apresentar, quando solicitado pela Administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII – Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII – Entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX – Ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX – Induzir a Administração a erro;

XXXI – Deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da Administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – Compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – Impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – Apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

- XXXV – Deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela Administração;
- XXXVI – Subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;
- XXXVII – Deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;
- XXXVIII – Deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- XXXIX – Deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;
- XL – Deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

26.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do Edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do Edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 10.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste Edital;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 26, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste Edital;

VI - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 26, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 26, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste Edital;

VII - Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração, superiores aos contratados.

- c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a Administração:

I - Por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente

justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - Por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebre o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) Da Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - Por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - Por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) der causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

26.3. Na aplicação das sanções será observado o Decreto nº 4221/2023.

27. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Termo Contratual.

Ficha 314 020402 10 301 0009 2049 339030

353 020402 10 302 0029 2050 339030

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

28.2. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

28.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura.

28.4. O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

28.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

28.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

28.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

28.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à aquisição.

28.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.10. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Ouro Fino/MG.

28.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

28.12. Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, por meio eletrônico, no provedor do sistema WWW.NOVOBBMNET.COM.BR e pelo site da Prefeitura Municipal de Ouro Fino, aba licitações: www.ourofino.mg.gov.br

28.13. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta ao Pregoeiro na Prefeitura Municipal por meio eletrônico em formulário específico do provedor do sistema: WWW.NOVOBBMNET.COM.BR. Demais informações poderão ser obtidas através do E-mail: licitacoes@ourofino.mg.gov.br .

28.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

28.15. Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Termo de Referência - Especificações do Objeto;
- Anexo II – Proposta -Modelo e Observações;
- Anexo II-B – Declaração de Proposta Econômica;
- Anexo III – Declaração de Pleno Atendimento dos Requerimentos de Habilitação;
- Anexo IV – Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Anexo VI – Declaração de inexistência de Fato Superveniente Impeditivo;
- Anexo VII – Declaração de Ausência de Vínculo;
- Anexo VIII – Modelo da Minuta da Ata;
- Anexo IX – Declaração de Idoneidade;
- Anexo X – Modelo de Declaração de que Atende ao disposto no Art. 93 da Lei N.º 8.213/1991

Ouro Fino, 17 de junho de 2026.

Margarete de Almeida Hermes
Diretora Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

2. Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para uso do Departamento de Saúde do Município de Ouro Fino.

2.1. A compra de materiais médico hospitalares e afins serão para a utilização no Pronto Atendimento e nas UBS para garantir um atendimento de qualidade em nível ambulatorial, urgência e emergência. Bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade precípua com eficiência, continuidade e economia de escala.

2.2. A solução consiste em adquirir materiais médico hospitalares e afins de qualidade e adequados ao uso. Ressalta-se também que os materiais médico hospitalares e afins aqui solicitados são essenciais para a continuidade dos trabalhos voltados a assistência aos munícipes, que é considerado público alvo.

2.3. As dúvidas/esclarecimentos sobre a entrega podem ser enviadas ao e-mail: farmaciaps@ourofino.mg.gov.br

2.4. Os equipamentos deverão ser entregues rigorosamente dentro das normas estabelecidas neste Termo de Referência.

2.5. Especificações, quantidades e valores médios estimados, abaixo:

Licitação: 000131/26 PREGÃO ELETRÔNICO

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
1	016.000.618	ABAIXADOR DE LINGUA Abaixador de madeira para língua pacote com 100 unidades.	PC	3.000	8,857	26.571,00
2	016.002.061	ACIDO ACETICO 3% - SOLUCAO DE ACIDO ACETICO 3% LT Solução de ácido acético 3% com no mínimo 1000 ml. Validade do produto 12 meses ou superior a partir da data de entrega.	LT	30	28,233	846,99
3	018.000.154	ACIDO ACETICO 5% Solução de ácido acético 5% com no mínimo 1000 ml. Validade do produto 12 meses ou superior a partir da data de entrega.	LT	60	27,873	1.672,38
4	016.000.500	ÁGUA OXIGENADA 10VOL Água oxigenada 10 volumes - Embalagem não inferior a 1 litro.	LT	120	5,933	711,96
5	016.001.738	ÁGULHA DESCARTAVEL ESTERIL HIPODERMICA 25 X t CX Caixa com no mínimo 100 unidades.		2.000	11,183	22.366,00
6	023.000.168	ALCOOL ETILICO 70% LIQUIDO Galão não inferior a 5 litros. Embalagem com informações do fabricante estampadas, com validade não inferior a 12 meses a partir da data de entrega.	GL	5.000	35,573	177.865,00
7	016.000.032	ALCOOL ETILICO 70% LIQUIDO - 1000ML Embalagem com informações do fabricante estampadas, com validade não inferior a 12 meses a partir da data de entrega. Embalagem não inferior a 1000 ml.	LT	6.000	6,717	40.302,00
8	023.000.029	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8% Líquido, incolor, pH 6 a 9 produto acondicionado em frascos PET opaco com tampa em PEAD rosca lacre. Na embalagem deverá constar dados de identificação do produto, número de lote, data de fabricação e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Embalagem não inferior a 1000 ml.	LT	5.000	9,66	48.300,00

9	023.000.202	ALCÓOL ISOPROPÍLICO 99,8% INPM. Embalagem não inferior a 1 litro	LT	10	49,463	494,63
10	016.000.004	ALGODAO HIDROFILO Embalagem não inferior a 500 gr.	PT	2.000	18,833	37.666,00
11	016.001.293	ALMOTOLIA 250ML TRANSPARENTE Branca/transparente; capacidade não inferior a 250 ml.	UN	600	3,317	1.990,20
12	482.000.201	ANUSCOPIO FECHADO RETAL E DESCARTAVEL -Anuscópio Fechado retal e descartavel; embalagem com 01 unidade; comprimento do êmbolo:14,5cm;instrumental atóxico,composto por duas peças:corpo e êmbolo.Corpo transparente, com abas laterais para encaixe do sistema (fonte) de iluminação,e, por opção de fenestrada na opção distal.Êmbolo com formato anatômico na sua porção distal e na porção proximal aro para melhor manuseio do mesmo.	UN	1.000	4,213	4.213,00
13	016.002.062	ATADURA DE CREPE 10 CM 100% algodão, 13 fios/cm², comprimento 1,2 m. Embalagem com no mínimo 12 unidades.	PT	2.000	8,503	17.006,00
14	016.000.042	ATADURA GESSADA 15CM X 3MT C/20 Confeccionada com tecido de gaze especial alvejada 100% algodão, isento de corante corretivo e alvejante óptico, impregnado com gesso coloidal. Caixa contendo no mínimo 20 unidades, medidas não inferiores a 15 cm x 3 metros.	CX	100	71,863	7.186,30
15	016.000.043	ATADURA GESSADA 20 CM X 3MT C/20 Confeccionada com tecido de gaze especial alvejada 100% algodão, isento de corante corretivo e alvejante óptico, impregnado com gesso coloidal. Caixa contendo no mínimo 20 unidades, medidas não inferiores a 20 cm x 3 metros.	CX	100	204,80	20.480,00
16	016.001.601	AVENTAL CIRURGICO DESCARTAVEL Confeccionado em TNT (tecido não tecido) com tiras no pescoço e cintura, elásticos nos punhos, 100% polipropileno, descartável, atóxico, medidas não inferiores a 1,60x1,00. Gramatura não inferior a 20. Pacote com no mínimo 10 unidades.	UN	10.000	2,17	21.700,00
17	016.001.741	BANDAGEM ADESIVA ELASTICA PARA FONOAUDIOLOGO Fita elástica ou fita cinesiológica, medidas não inferiores a 5 cm largura x 5 m comprimento – Algodão 96%, Elastano 4%, resistente a água, sem látex – cor bege	UN	100	48,123	4.812,30
18	016.001.745	BOLSA COLETORA DE URINA Capacidade não inferior a 2000ml, Sistema Fechado - transparente, graduada, em PVC, embalada individualmente, esterilizada por Óxido de Etileno.	UN	3.000	3,75	11.250,00
19	016.000.657	BOTA UNNA Bandagem inelástica impregnada com pasta a base de óxido de zinco, goma acácia, glicerol, óleo de rícino e água purificada. Medidas não inferiores a 10,2 cm x 9,14 m.	UN	500	31,117	15.558,50
20	016.001.378	CAMPO CIRURGICO EM TECIDO Brim leve, 100% algodão, fenestrado, medida não inferior a 50 x 50cm, fenestrado circular, indicado para uso médico, resistente a lavagem industrial e pode ser utilizado em autoclave, acabamento de bainha simples.	UN	100	56,217	5.621,70
21	016.001.763	CAMPO CIRURGICO EM TNT Campo cirúrgico fenestrado em TNT, medidas não inferiores a 40x40 cm. PACOTE COM 100	UN	5.000	4,85	24.250,00
22	016.002.063	CANULA ENDOTRAQUEAL COM BALAO 10.0	UN	30	5,943	178,29
23	016.002.064	CARVAO ATIVADO EM PO PARA USO HOSPITALAR, indicado para adsorção de substâncias tóxicas e gases em procedimentos médicos e hospitalares. Produto de alta pureza, obtido a partir de matéria-prima selecionada, com elevada capacidade de adsorção. Deve apresentar granulometria uniforme, isento de impurezas, odores e umidade excessiva. Embalagem resistente e adequada para conservação do produto, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e registro conforme legislação vigente. Produto destinado ao uso hospitalar, atendendo às normas sanitárias aplicáveis. Carvão ativado com alto grau de pureza. Pó suspensível. Embalagem 50 g	UN	100	21,877	2.187,70
24	016.000.049	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 14 Embalagem não inferior a 100 unidades.	CX	50	119,28	5.964,00
25	016.000.052	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 20 Embalagem não inferior a 100 unidades.	CX	100	140,333	14.033,30
26	016.000.053	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 22 Embalagem não inferior a 100 unidades.	CX	200	116,51	23.302,00
27	016.000.054	CATETER INTRAVENOSO PERIFERICO Nº 24 Embalagem não inferior a 100 unidades.	CX	300	128,957	38.687,10
28	016.000.747	CATETER NASAL TIPO OCULOS ADULTO	UN	2.000	1,21	2.420,00
29	016.000.055	CATETER NASAL TIPO OCULOS INF Infantil	UN	1.000	2,63	2.630,00
30	016.001.779	CATETER NASAL TIPO OCULOS NEONATAL	UN	500	5,41	2.705,00
31	016.001.662	CATETER VENOSO CENTRAL DUPL0 Kit contendo cateter duplo, fio guia com avançador, agulha introdutória de uso exclusivo, dilatador, seringa fenestrada de uso exclusivo, 2 conectores livres de agulha e tampa.	UN	200	120,00	24.000,00
32	016.002.065	CLOREXIDINA 2% AQUOSA 1000 ML solução tópica aquosa. Embalagem não inferior a 1000 ml	LT	1.200	44,75	53.700,00
33	016.001.781	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% Embalagem não inferior a 1000 ml	LT	1.200	30,00	36.000,00
34	016.001.434	COLETOR DE URINA 80 ML Coletor de urina embalado não estéril com pá 80 ml	UN	10.000	0,783	7.830,00
35	016.001.433	COLETOR DE URINA Coletor de urina garrafa sistema aberto, em material translúcido com capacidade para 1200 ml, graduado, não estéril	UN	500	6,78	3.390,00
36	016.002.066	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILO TIPO QUEIJO 8 CAM UN tipo queijo, em tecido 100% algodão com 8 camadas e 4 dobras, 13 fios, com 91 metros	UN	500	38,907	19.453,50
37	016.001.944	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILO, EM TECIDO 100% A PT Compressa de gaze hidrófila, em tecido 100% algodão, 13 fios por polegada e 8 camadas sobrepostas. Alta absorção, bordas dobradas e livre de impurezas. Dimensões: 7,5 cm x 7,5 cm, produto não estéril, contendo no mínimo 500 unidades em cada pacote	PT	3.000	33,26	99.780,00
38	016.001.945	DETERGENTE ENZIMATICO 4 ENZIMAS (protease, amilase, lipase e celulase), pH neutro, biodegradável e livre de fosfatos, embalagem não inferior a 1 Litro	UN	1.200	25,877	31.052,40
39	016.001.786	DRENO PENROSE Nº 3 Dreno penrose – fabricado em látex natural, com 35 cm nº 3, estéril	UN	50	4,42	221,00
40	016.000.521	DRENO PENROSE Nº 4 Dreno penrose – fabricado em látex natural, com 35 cm nº 4	UN	50	4,067	203,35

41	016.001.785	DRENO PENROSE Nº1 Dreno penrose – fabricado em látex natural, com 35 cm nº 1, estéril.	UN	50	2,83	141,50
42	016.001.340	ELETRODO P/ ECG Eletrodo ECG descartável para monitoração cardíaca adulto com no mínimo 50 unidades – com prendedor metálico, etiqueta de identificação, espuma base, Ag/AgCl, gel sólido, filme. Medidas aproximadas 44 x 32 mm	PT	1.000	13,607	13.607,00
43	016.001.787	EQUIPO DE INFUSAO Equipo de infusão microgotas, com injetor lateral, para administração de medicamentos e soluções pela via endovenosa. Embalado individualmente, estéril, ponta perfurante com tampa protetora, lanceta perfurante para conexão ao recipiente de solução, injetor lateral sem látex, tubo de PVC de 1,50 m, atóxico e transparente, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete em polietileno, conexão Luer para dispositivo de acesso venoso, ponta Luer universal, câmara gotejadora flexível transparente.	UN	5.000	2,293	11.465,00
44	016.001.951	EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSAO UNIVERSAL. estéril, ponta perfurante com tampa protetora, livre de PVC e ftalatos de 180 cm, Injetor lateral tipo Y com membrana auto cicatrizante, pinça rolete reguladora de fluxo, câmara gotejadora flexível com filtro de partículas antibacteriano, conector macho (slip) com tampa protetora, atóxico e aprotogénico	UN	5.000	5,387	26.935,00
45	016.001.789	ESCALPE DESCARTAVEL Nº 19 Caixa com no mínimo 100 unidades.	CX	500	38,33	19.165,00
46	016.001.790	ESCALPE DESCARTAVEL Nº 21 Caixa com no mínimo 100 unidades.	CX	3.000	39,297	117.891,00
47	016.001.791	ESCALPE DESCARTAVEL Nº 23 Caixa com no mínimo 100 unidades.	CX	3.000	44,017	132.051,00
48	016.001.792	ESCALPE DESCARTAVEL Nº 25 Caixa com no mínimo 100 unidades.	CX	3.000	37,857	113.571,00
49	016.001.799	FILTRO BACTERIANO PEDIATRICO Utilizado em conjunto com aparelhos de respiração, aparelhos de anestesia e respiração artificial. Usado principalmente para anestesia cirúrgica, processo respiratório com oxigênio e partículas de gás anestésico e filtragem de vírus, e o ajuste da temperatura e umidade do gás de entrada. Contém filtro bacteriano HME pediátrico e traquéia corrugada com tampa.	UN	1.000	16,103	16.103,00
50	016.001.806	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO COM AGULHA Nº 1 Embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	184,52	1.845,20
51	016.001.807	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO COM AGULHA Nº 2 Embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	191,067	1.910,67
52	016.001.808	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO COM AGULHA Nº 3 Embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	168,843	1.688,43
53	016.001.809	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO COM AGULHA Nº 4 Embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	168,64	1.686,40
54	016.001.810	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO COM AGULHA Nº 5 Embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	164,14	1.641,40
55	016.001.811	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO COM AGULHA Nº 6 Embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	217,123	2.171,23
56	016.001.801	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES Nº 0 Fio de sutura Catgut Simples nº 0 com agulha circular 3/8 30 mm 75 cm, embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	155,153	1.551,53
57	016.001.802	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES Nº 1 Fio de sutura Catgut Simples nº 1.0, com agulha circular 3/8 30 mm 75 cm, embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	10	117,463	1.174,63
58	016.001.803	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES Nº 2.0 Fio de sutura Catgut Simples nº 2.0, com agulha circular 3/8 30 mm 75 cm, embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	20	172,827	3.456,54
59	016.001.804	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES Nº 3.0 Fio de sutura Catgut Simples nº 3.0, com agulha circular 3/8 30 mm 75 cm, embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	20	182,053	3.641,06
60	016.001.805	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES Nº 4.0 Fio de sutura Catgut Simples nº 4.0, com agulha circular 3/8 30 mm 75 cm, embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	20	234,84	4.696,80
61	016.001.812	FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 2.0 Fio de sutura de Nylon nº 2.0, Fio de Sutura não absorvível, na cor preta 45 cm, com agulha cirurgica em aço inox 3/8 circular 3mm triangular.	CX	100	50,203	5.020,30
62	016.001.813	FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 3.0 Fio de sutura de Nylon nº 3.0 – fio de sutura não absorvível, na cor preta 45 cm, com agulha cirúrgica em aço inox 3/8 circular 3mm triangular	CX	300	58,783	17.634,90
63	016.001.814	FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 4.0 Fio de sutura de Nylon nº 4.0 com agulha 3/8 cortante 45 cm preto, embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	300	60,303	18.090,90
64	016.001.815	FIO DE SUTURA DE NYLON Nº 5.0 Fio de sutura de Nylon nº 5.0 com agulha 3/8 cortante 45 cm preto, embalagem com no mínimo 24 unidades.	CX	100	62,257	6.225,70
65	016.001.817	FITA CREPE HOSPITALAR Medida não inferior a 19 mm X 50 m.	UN	2.000	4,527	9.054,00
66	016.001.818	FITA INDICADORA PARA AUTOCLAVE Fita indicadora para autoclave 19cm x 30 m para aferição de autoclave + indicador químico.	UN	2.000	4,54	9.080,00
67	016.001.460	FITA MICROPOROSA 10CM X 10M	UN	1.500	25,22	37.830,00
68	016.001.281	FITA MICROPOROSA 2,5CMX10M	UN	1.500	6,217	9.325,50
69	016.001.311	FIXADOR CITOLOGICO 100ML Para fixação de esfregaços celulares em lâminas, frasco spray contendo no mínimo 100 ml.	UN	600	8,633	5.179,80
70	018.000.024	FORMOL 10% Formol 10% solução. Embalagem não inferior a 1000 ml.	LT	120	23,923	2.870,76
71	016.001.217	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO EG Fralda descartável tipo formato anatômico, tamanho extra grande, peso acima de 120 kg.	UN	10.000	2,907	29.070,00
72	016.001.821	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO G Fralda descartável tipo formato anatômico, tamanho grande, peso acima de 90 kg	UN	10.000	3,613	36.130,00
73	016.001.822	FRALDA DESCARTAVEL ADULTO M Fralda descartável tipo formato anatômico, tamanho médio, peso de 40 a 70 kg.	UN	10.000	3,037	30.370,00
74	016.002.067	FRASCO FORMOL 10% 40 ML – frasco coletor com formol 10% tamponado, volume total 40 ml, contendo 20 ml de solução conservante, vedação segura, uso histopatológico	FR	2.000	4,463	8.926,00
75	016.001.280	FRASCO P/ ALIMENTACAO ENTERAL. Em polietileno atóxico, tampa de rosca, com saída para adaptar equipo, com alça para fixação em suporte, incolor. Capacidade não inferior a 300 ml, graduado em alto relevo a cada 10 ml.	UN	20.000	3,71	74.200,00
76	166.000.003	FRONHAS Fronha em tecido cretone 100% algodão 150 fios, medidas não inferiores a 50 cm x 70 cm. 9 c x l) Tingimento indantreno, resistente a lavagem hospitalar, tela 1x1, gramatura 172g/m2, com tolerancia de +/- 5%, na cor a definir, abertura com uma das bordas com transpasse em seu interior p/ prender o travesseiro, Devendo ser entregues embalados individualmente.	UN	500	19,537	9.768,50
77	016.000.383	GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA Gel clínico para meios de contato Azul sem álcool para eletrocardiograma, frasco com no mínimo 300 gr.	FR	1.500	8,343	12.514,50

PREFEITURA DE
OURO FINO



CNPJ n.º 18.671.271/0001-34

SEDE I - Av. Cyro Gonçalves, 173 - Fone/Fax: (035) 3441-9402
CEP 37570-000

78	016.000.627	GEL PARA ULTRASSON Gel para ultrassom – meio de contato para transmissão ultra-sônica, embalagem não inferior a 250 gr.	FR	1.500	13,543	20.314,50
79	016.000.089	HIPOCLORITO DE SODIO 1%-1000ML Embalagem não inferior a 1000 ml.	LT	1.200	8,083	9.699,60
80	016.000.674	HIPOCLORITO DE SODIO 1% 5LTS. Embalagem não inferior a 5 litros.	GL	1.000	21,007	21.007,00
81	016.001.645	INDICADOR QUIMICO P/AUTOCLAVE Dispositivo que fornece um método simples e preciso de assegurar as condições adequadas para a esterilização durante um ciclo. Sendo possível avaliar o tempo, temperatura e vapor saturado. Embalagem com no mínimo 250 unidades.	CX	300	91,457	27.437,10
82	016.001.474	INFUSOR 2 VIAS Equipo com a função de duplicar o acesso venoso, conectando duas vias de infusão ao acesso venoso.	UN	5.000	0,723	3.615,00
83	148.002.778	IODOPOLIVIDONA SOLUCAO COM TENSOATIVOS A 10' FR Embalagem não inferior a 1000 ml.	FR	600	68,987	41.392,20
84	148.002.777	IODOPOLIVIDONA SOLUCAO HIDROALCOOLICA A 10% FR Embalagem não inferior a 1000 ml.	FR	600	69,877	41.926,20
85	018.000.151	KIT TESTE RAPIDO HIV kit teste rápido imunocromatografico de triagem de uso único para detecção de anticorpos do vírus da imunodeficiência humana tipo 1 e 2. Kit contendo no mínimo 25 testes.	KT	20	109,463	2.189,26
86	015.000.079	LAMINA BISTURI No 12 Lâmina de Bisturi em aço inoxidável nº12, caixa com no mínimo 100 unidades.	CX	30	46,203	1.386,09
87	016.000.398	LENCIL DE PAPEL Lençol de papel descartável, medidas não inferiores a 70cmx50m – 100% em fibras naturais, embalados individualmente e identificados com data de fabricação, lote e validade.	UN	50.000	12,467	623.350,00
88	016.001.827	LENCIL EM POLIPROPILENO COM ELASTICO Alta resistência a rasgo e tração. Não estéril, cor branca, atóxico e aprotogênico, medidas não inferiores a 2 m x 90 cm, pacote com no mínimo 10 unidades.	PT	5.000	20,91	104.550,00
89	169.000.024	LENCIL SOLTEIRO Lençol – confeccionado em tecido 100% algodão na cor branca, tamanho solteiro, sem elástico	UN	1.000	42,28	42.280,00
90	016.001.596	LUGOL 5% Solução. Frasco não inferior a 1000 ml.	LT	120	212,30	25.476,00
91	016.000.537	LUVA ESTERIL 7	PR	3.000	1,80	5.400,00
92	016.000.538	LUVA ESTERIL 7,5	PR	3.000	2,01	6.030,00
93	016.000.539	LUVA ESTERIL 8,0	PR	3.000	2,42	7.260,00
94	016.000.283	MALHA TUBULAR 06CM Para proteção das partes traumatizadas, das fraturas ósseas, para fabricação de aparelhos gessados e ortopedia em geral, 100% com tecido algodão cru. Tamanho não inferior a 6 cm x 15 m	RL	200	15,197	3.039,40
95	016.000.111	MALHA TUBULAR 15CM Para proteção das partes traumatizadas, das fraturas ósseas, para fabricação de aparelhos gessados e ortopedia em geral, 100% com tecido algodão cru. Tamanho não inferior a 15 cm x 15 m	RL	200	20,307	4.061,40
96	016.002.070	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL DE PROTECAO CX Cirúrgica descartável de proteção facial tripla camada, com clipe nasal para ajuste e segurança. 100% polipropileno. Eficiência de filtragem maior que 95,96%, soldada eletronicamente, atóxica. Caixa contendo 50 unidades.	CX	2.500	19,07	47.675,00
97	016.002.068	MASCARA DE INALACAO ADULTO – LEVE, FLEXIVEL UN confortável e transparente, clip nasal para fixação no nariz e elástico para fixar a máscara na face, embalado individualmente, não estéril, pode ser esterilizada por óxido de etileno e higienizada com hipoclorito de sódio. Contendo máscara, tubo/extensão flexível de 2,10m, conexões universais, copo reservatório com capacidade 9 c ml. Produto atóxico e transparente. Produto embalado individualmente. Tamanho Adulto	UN	1.000	30,81	30.810,00
98	016.002.069	MASCARA DE INALACAO INFANTIL UN – leve, flexível, confortável e transparente, clip nasal para fixação no nariz e elástico para fixar a máscara na face, embalado individualmente, não estéril, pode ser esterilizada por óxido de etileno e higienizada com hipoclorito de sódio. Contendo máscara, tubo/extensão flexível de 2,10m, conexões universais, copo reservatório com capacidade 9 c ml. Produto atóxico e transparente. Produto embalado individualmente. Tamanho infantil	UN	1.000	24,60	24.600,00
99	016.001.706	MASCARA DE OXIGENIO UN Máscara de oxigênio com reservatório – contendo 1 máscara alta concentração O2 adulto, 1 reservatório 750 ml e 1 extensão em PVC	UN	1.000	21,48	21.480,00
100	016.001.830	MASCARA DE OXIGENIO - INFANTIL UN Máscara de oxigênio com reservatório – contendo 1 máscara alta concentração O2 infantil, 1 reservatório 750 ml e 1 extensão em PVC	UN	1.000	21,15	21.150,00
101	016.001.833	MASCARA DE OXIGENIO TRAQUEOSTOMIA INFANTIL UN Máscara de oxigênio traqueostomia Infantil com conector para tubo de oxigênio giratório (360 graus) e faixa elástica.	UN	50	18,47	923,50
102	016.001.639	MASCARA DE VENTURI ADULTO KIT UN Máscara de venturi adulto kit - máscara para adulto com elástico traquéia, 6 válvulas para diferentes concentrações de oxigênio, extensão de oxigênio 2,10 m, copo adaptador para micronebulização	UN	50	23,85	1.192,50
103	016.001.709	MASCARA NASAL ADULTO UN + fixador para acoplamento ao aparelho e adaptador conector do oxigênio (mascara utilizada no CPAP).	UN	30	340,047	10.201,41
104	016.001.708	MASCARA NASAL PEDIATRICA UN + fixador para acoplamento ao aparelho e adaptador conector do oxigênio (mascara utilizada no CPAP).	UN	30	654,13	19.623,90
105	016.001.672	MASCARA PFF2 SEM VALVULA UN Máscara Pff2 sem válvula – descartável, classe Pff2, modelo dobrável, sem válvula, formado por filtro com tratamento eletrostático, clip nasal interno em metal, revestido com plástico para facilitar a vedação e elásticos de látex com regulador.	UN	10.000	3,58	35.800,00
106	016.002.071	PAPEL CARDIOTOCOGRAFO PARA MONITOR FETAL UN Papel cardiotocógrafo para monitor fetal, papel cardiotocógrafo 216 cm x 30 m, numerado em papel térmico, usado para registrar batimentos fetais e contrações.	UN	500	64,07	32.035,00
107	016.001.496	PAPEL ELETROCARDIOGRAMA 216X30 UN 216mm x 30m em bobina	UN	1.000	48,26	48.260,00
108	016.002.072	PAPEL GRAU CIRURGICO, COMPOSTO DE CELULOSE RL de alta resistência, livre de impurezas, com gramatura mínima de 60 g/cm². Compatível com processos de esterilização por vapor (autoclave), óxido de etileno (ETO) e radiação. Deve apresentar porosidade controlada, resistência a rasgo e excelente capacidade de selagem térmica. Produto atóxico, isento de alvejantes ópticos e apropriado para contato com dispositivos médicos. Bobina 15 cm x 100 m	RL	300	137,237	41.171,10

109	016.002.073	PAPEL GRAU CIRURGICO, COMPOSTO DE CELULOSE RL composto de celulose virgem de alta resistência, livre de impurezas, com gramatura mínima de 60 g/cm ² . Compatível com processos de esterilização por vapor (autoclave), óxido de etileno (ETO) e radiação. Deve apresentar porosidade controlada, resistência a rasgo e excelente capacidade de selagem térmica. Produto atóxico, isento de alvejantes ópticos e apropriado para contato com dispositivos médicos. Bobina 25 cm x 100 m	150	157,437	23.615,55
110	016.002.074	PAPEL GRAU CIRURGICO, COMPOSTO DE CELULOSE RL composto de celulose virgem de alta resistência, livre de impurezas, com gramatura mínima de 60 g/cm ² . Compatível com processos de esterilização por vapor (autoclave), óxido de etileno (ETO) e radiação. Deve apresentar porosidade controlada, resistência a rasgo e excelente capacidade de selagem térmica. Produto atóxico, isento de alvejantes ópticos e apropriado para contato com dispositivos médicos. Bobina 30 cm x 100 m	300	234,663	70.398,90
111	016.001.946	PAPEL TERMICO PARA ECG 216 X 280 MM com grade milimetrada (horizontal e vertical), embalagem contendo no mínimo 200 folhas	BL 1.000	105,387	105.387,00
112	016.000.297	PRESERVATIVO N/ LUBRIFICADO Preservativo não lubrificado ginecológico, destinado a uso em exames de ultrassonografia (ultrassom transvaginal).	UN 5.000	0,803	4.015,00
113	016.001.947	SACO DE LIXO BRANCO 100 LITROS, FEITO EM POLIETI PT resistente, com espessura mínima de 0,06 mm. Identificado com símbolo de risco biológico e a inscrição "Resíduo Infectante". Atende à RDC 222/2018 e ABNT NBR 9191. Resistente a vazamentos. Cor Branca. Pacote com no mínimo 100 unidades	PT 300	62,057	18.617,10
114	016.001.948	SACO DE LIXO BRANCO 200 LITROS feito em polietileno resistente, com espessura mínima de 0,06 mm. Identificado com símbolo de risco biológico e a inscrição "Resíduo Infectante". Atende à RDC 222/2018 e ABNT NBR 9191. Resistente a vazamentos. Cor Branca. Pacote com no mínimo 100 unidades	PT 300	108,833	32.649,90
115	016.001.949	SACO DE LIXO BRANCO 50 LITROS, FEITO EM POLIETI PT resistente, com espessura mínima de 0,06 mm. Identificado com símbolo de risco biológico e a inscrição "Resíduo Infectante". Atende à RDC 222/2018 e ABNT NBR 9191. Resistente a vazamentos. Cor Branca. Pacote com no mínimo 100 unidades	PT 200	33,593	6.718,60
116	016.001.848	SACO PARA SUPORTE HAMPER Saco para suporte Hamper. Saco confeccionado em tecido de algodão 100%, resistente, lavável e reutilizável. Desenvolvido para uso de hamper hospitalar, com capacidade para até 150 litros, com costuras reforçadas e sistema de fixação por amarração. Tamanho aproximado 70 cm de diâmetro, 90 cm de altura, capacidade aproximada de 150 litros	UN 50	115,25	5.762,50
117	016.002.075	SERINGA DESCARTAVEL HIPODERMICA sem agulha com bico luer lock, confeccionada em polipropileno especialmente desenvolvido para seringas, com transparência, silicização interna para deslize suave e controle preciso para aspiração e aplicação de medicamentos. Êmbolo não pode se desprender do cilindro. Embalagens unitárias. Volume 10 ml.	UN 80.000	1,043	83.440,00
118	016.002.077	SERINGA DESCARTAVEL HIPODERMICA SEM AGULHA UN com bico luer lock, confeccionada em polipropileno especialmente desenvolvido para seringas, com transparência, silicização interna para deslize suave e controle preciso para aspiração e aplicação de medicamentos. Êmbolo não pode se desprender do cilindro. Embalagens unitárias. Volume 20 ml	UN 80.000	1,01	80.800,00
119	016.002.078	SERINGA DESCARTAVEL HIPODERMICA SEM AGULHA UN Com bico luer lock, confeccionada em polipropileno especialmente desenvolvido para seringas, com transparência, silicização interna para deslize suave e controle preciso para aspiração e aplicação de medicamentos. Êmbolo não pode se desprender do cilindro. Embalagens unitárias. Volume 3 ml	UN 50.000	0,30	15.000,00
120	016.002.079	SERINGA DESCARTAVEL HIPODERMICA SEM AGULHA UN sem agulha com bico luer lock, confeccionada em polipropileno especialmente desenvolvido para seringas, com transparência, silicização interna para deslize suave e controle preciso para aspiração e aplicação de medicamentos. Êmbolo não pode se desprender do cilindro. Embalagens unitárias. Volume 5 ml	UN 80.000	0,453	36.240,00
121	016.002.076	SERINGA PARA APLICACAO DE INSULINA 1 ML (100 UN UN descartável com agulha hipodérmica 8 mm x 0,3 mm (equivalente a 30G) acoplada	UN 100.000	1,873	187.300,00
122	016.000.418	SOLUCAO DE GLICERINA 12% 500ML Frasco não inferior a 500 ml	FR 1.200	18,463	22.155,60
123	148.001.558	SOLUCAO DE GLICOSE 5% 250 ML Frasco não inferior a 250 ml	FR 4.800	7,22	34.656,00
124	148.001.557	SOLUCAO DE GLICOSE 5% 500 ML Frasco não inferior a 500 ml	FR 1.500	12,113	18.169,50
125	148.000.204	SOLUCAO DE MANITOL 20% 250 ML Frasco não inferior a 250 ml	FR 600	20,15	12.090,00
126	148.002.780	SOLUCAO DE RINGER 500 ML Frasco não inferior a 500 ml	FR 500	13,093	6.546,50
127	148.002.781	SOLUCAO DE RINGER COM LACTATO 500 ML Frasco não inferior a 500 ml	FR 2.000	13,127	26.254,00
128	016.002.080	SOLUCAO FISIOLÓGICA 0,9% EM AGUA PARA INJETAV FR 0,9% em água para injetáveis, estéril, acondicionada em frasco plástico atóxico, apirogênico, livre de PVC e de ftalatos, não inferior a 100 ml. Sistema fechado adequado à conexão direta com equipamentos de infusão	FR 14.000	5,187	72.618,00
129	016.002.081	SOLUCAO FISIOLÓGICA 0,9% EM AGUA PARA INJETAV FR 0,9% em água para injetáveis, estéril, acondicionada em frasco plástico atóxico, apirogênico, livre de PVC e de ftalatos, não inferior a 250 ml. Sistema fechado adequado à conexão direta com equipamentos de infusão	FR 12.000	11,657	139.884,00
130	016.002.082	SOLUCAO FISIOLÓGICA 0,9% EM AGUA PARA INJETAV FR 0,9% em água para injetáveis, estéril, acondicionada em frasco plástico atóxico, apirogênico, livre de PVC e de ftalatos, não inferior a 500 ml. Sistema fechado adequado à conexão direta com equipamentos de infusão	FR 10.000	8,13	81.300,00
131	148.002.091	SOLUCAO GLICOFISIOLÓGICA 250ML Frasco não inferior a 250 ml	FR 6.000	6,387	38.322,00
132	148.002.092	SOLUCAO GLICOFISIOLÓGICA 500ML Frasco não inferior a 500 ml	FR 6.000	15,07	90.420,00

133	016.000.450	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº10	UN	10.000	1,35	13.500,00	
134	016.000.452	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº14	UN	2.000	1,84	3.680,00	
135	016.000.453	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº16	UN	2.000	1,39	2.780,00	
136	016.000.454	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº18	UN	1.000	1,72	1.720,00	
137	016.000.455	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº20	UN	1.000	1,85	1.850,00	
138	016.000.447	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº4	UN	1.000	1,077	1.077,00	
139	016.000.448	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº6	UN	1.000	1,21	1.210,00	
140	016.000.449	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº8	UN	1.000	1,423	1.423,00	
141	016.001.852	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 08	UN	100	5,327	532,70	
142	016.000.422	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 10	UN	100	3,56	356,00	
143	016.000.153	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 12	UN	200	3,80	760,00	
144	016.000.154	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 14	UN	200	3,763	752,60	
145	016.000.155	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 16	UN	500	3,813	1.906,50	
146	016.000.156	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18	UN	500	5,903	2.951,50	
147	016.000.157	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 20	UN	500	5,44	2.720,00	
148	016.000.424	SONDA FOLEY 3 VIAS Nº 16	UN	100	3,623	362,30	
149	016.000.425	SONDA FOLEY 3 VIAS Nº 18	UN	100	11,68	1.168,00	
150	016.002.083	SONDA GASTROSTOMIA Nº 12	UN	20	2.672,26	53.445,20	
		sonda nutrição enteral por via gástrica, em silicone ou PVC médico, macio e flexível. Estéril, de uso único e descartável. Conector universal, graduada para controle de inserção, atraumática com orifícios laterais para melhor distribuição da dieta. Aproximadamente 40 cm, única selada e inviolável					
151	016.001.853	SONDA NASOENTERAL Nº 06	UN	50	14,133	706,65	
152	016.001.854	SONDA NASOENTERAL Nº 08	UN	100	17,133	1.713,30	
		Sonda nasoesofaríngea nº 08 silicone infantil 60 cm radiopaca.					
153	016.000.161	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 12	UN	200	2,07	414,00	
154	016.000.162	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 16	UN	300	1,97	591,00	
155	016.001.347	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 18	UN	300	3,987	1.196,10	
156	016.000.165	SONDA URETRAL Nº 06	UN	2.000	1,027	2.054,00	
157	016.000.166	SONDA URETRAL Nº 08	UN	10.000	1,017	10.170,00	
158	016.000.167	SONDA URETRAL Nº 10	UN	10.000	1,063	10.630,00	
159	016.000.168	SONDA URETRAL Nº 12	UN	10.000	1,237	12.370,00	
160	016.000.169	SONDA URETRAL Nº 14	UN	1.000	1,047	1.047,00	
161	016.000.170	SONDA URETRAL Nº 16	UN	1.000	1,403	1.403,00	
162	016.000.465	SONDA URETRAL Nº 20	UN	1.000	1,687	1.687,00	
163	016.001.952	TESTE RAPIDO COVID INFLUENZA	CX	300	436,167	130.850,10	
		Teste rápido Covid, Influenza A/B Antígeno – teste imunocromatográfico de fluxo lateral para detecção qualitativa de antígenos dos vírus SARS-CoV-2, Influenza, e Influenza B em amostras de swab nasofaríngeo ou nasal. Caixa com 25 testes					
164	016.001.859	TESTE RAPIDO NS1 - DENGUE	CX	300	264,19	79.257,00	
		Teste rápido para detecção qualitativa do antígeno NS1 do vírus da dengue em amostra humana de sangue total, soro ou plasma. Caixa com no mínimo 20 testes.					
165	016.000.682	TIRA P/ TESTE DE GLICEMIA	CX	15.000	66,16	992.400,00	
		Accu Chek Active. Cx.50 unid.					
166	016.001.858	TORNEIRA 3 VIAS	CX	300	67,48	20.244,00	
		Desenvolvida para aplicação de medicamentos em terapias intravenosas contínuas e intermitentes. Conecta e controla o fluxo de soluções de 3 linhas distintas em suas extremidades fêmea e macho, manípulo gira 360° e serve de oclusor e direcionador de fluxo. Caixa contendo no mínimo 50 unidades.					
167	340.000.077	TOUCA DESCARTAVEL.	PT	500	12,453	6.226,50	
		Produzidas em 100% polipropileno (TNT), com elástico em sua extremidade para fixação na cabeça, impermeável e que permita a respiração do couro cabeludo livremente. Pacote com no mínimo 100 unidades.					
168	016.001.242	UMIDIFICADOR P/ OXIGENIO 250ML	UN	1.000	21,133	21.133,00	
169	016.001.545	URIPEN 05	UN	1.000	6,65	6.650,00	
		Dispositivo para incontinência urinária para coleta de urina de pacientes do século masculino. Preservativo em latex (não lubrificado) que veda qualquer extravasamento de urina. Com extensor para acoplamento em bolsa coletora de urina.					
170	016.000.472	VASELINA LIQUIDA	FR	300	57,917	17.375,10	
		Frasco contendo no mínimo 1000 ml.					
		Total ->				10.828,888	5.604.294,71

A escolha da marca especificada para o fornecimento das tiras reagentes para monitorização da glicemia e demais insumos correlatos justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade, a segurança e a eficiência da assistência prestada aos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Atualmente, os pacientes portadores de Diabetes Mellitus Tipo I, Diabetes Mellitus Tipo II insulino dependentes e Diabetes Gestacional utilizam glicosímetros compatíveis com a marca especificada, equipamentos estes já disponibilizados pelo município. A substituição da marca exigiria a troca dos aparelhos em uso, ocasionando custos adicionais à Administração Pública, além de possíveis dificuldades de adaptação por parte dos usuários e risco de interrupção do acompanhamento adequado da glicemia.

Além disso, as Unidades Básicas de Saúde e o Pronto Atendimento Municipal também utilizam glicosímetros da mesma marca para a realização de testes de glicemia capilar durante os atendimentos de rotina e de urgência. Dessa forma, a manutenção da padronização dos

equipamentos e insumos garante maior agilidade no atendimento, simplifica o controle de estoque, facilita a capacitação dos profissionais de saúde e evita a aquisição de diferentes tipos de tiras reagentes para aparelhos distintos.

Considerando o quantitativo de pacientes cadastrados e acompanhados pelos serviços de saúde do município, a padronização da marca proporciona maior segurança na utilização dos insumos, reduz a possibilidade de erros decorrentes da incompatibilidade entre tiras reagentes e aparelhos medidores e assegura a continuidade da assistência prestada tanto aos usuários do sistema quanto às unidades de saúde.

Ademais, o município possui características de pequeno porte, com demanda variável e quantitativos reduzidos quando comparados a grandes centros urbanos. Em razão dessa realidade, as aquisições são realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade de consumo, evitando o armazenamento excessivo de materiais, perdas por vencimento e desperdício de recursos públicos. A aquisição fracionada também permite melhor gestão dos estoques e adequação do fornecimento à demanda real dos pacientes e das unidades de saúde.

Dessa forma, a manutenção da marca já utilizada pelos pacientes, pelas Unidades Básicas de Saúde e pelo Pronto Atendimento, aliada à aquisição parcelada dos insumos conforme a necessidade do serviço, atende aos princípios da economicidade, eficiência, padronização, continuidade da assistência e interesse público, assegurando o adequado atendimento aos pacientes diabéticos acompanhados pela rede municipal de saúde.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

3.1. A entrega dos produtos deverão ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura – Rua Geraldo Pinto Ribeiro, 43, Jardim Novo Ouro Fino – Ouro Fino de segunda a sexta das 9h às 15h.

3.2. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar – ETP e na Proposta, devendo ser corrigidos/substituídos/refeitos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada sem prejuízo da aplicação das penalidades

3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A detentora da Ata de Registro de Preços assinará o Ata pelo período de 01 (um) ano contado de sua assinatura para todos os efeitos de direito;

3.2. A duração da presente Ata de Registro Preço será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período na forma do artigo 84 da Lei n.º 14.133/2021, se for vantajoso para o município, permitida a negociação com a Detentora da Ata de Registro de Preço ou a extinção desta sem ônus para qualquer das partes.

3.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser extinta pela Administração a qualquer tempo em favor do interesse público, ficando as obrigações atuais e vincendas sob responsabilidade da Administração, sem ônus para a Administração, quando a falha ou descumprimento decorrer da falta ou da omissão da Detentora da Ata;

4. JUSTIFICATIVA DA REALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Pelo objeto deste **Termo de Referência** se faz necessária a contratação de empresa (s) idônea (s) para a aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município durante 01 (um) ano prorrogável por igual período, desde que se mostrem vantajosos para a Administração e que haja dotação

orçamentária para a continuidade da Ata de Registro de Preços oriunda deste processo licitatório;

4.2. A Ata de Registro de Preços se justifica ainda pela efetiva demanda do Departamento de Saúde no decorrer do ano;

4.3. A aquisição em comento leva em conta a necessidade do fornecimento de equipamentos durante o exercício financeiro de 2026, portanto, não haverá fracionamento de despesa, uma vez que não haverá contratação de mesma natureza até o fim do exercício, que ultrapasse o valor teto neste período;

4.4. Esta Ata de Registro de Preços faz parte das ações do planejamento estabelecidas pela Comissão de Planejamento e a solicitação foi elaborada a partir das necessidades do Departamento de Administração.

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

5.1. Foram utilizados como metodologia para obtenção do preço e referência para contratação a média, mediana ou o menor valor obtido na pesquisa de preços.

7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do objeto desta Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município de Ouro Fino/MG, em dotação específica a ser informada em próxima etapa desse processo pelo Departamento Municipal de Contabilidade;

8. ALINHAMENTO ENTRE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E O PLANEJAMENTO

8.1. Esta contratação faz parte das ações do planejamento estabelecidas pela Administração Municipal;

8.2. Para esta contratação se utilizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, fazendo-se uso de plataforma eletrônica a ser definida e sua publicação na forma estabelecida na Lei Federal n.º 14.133/2021.

9. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

9.1. Executar o objeto deste certame obedecendo às especificações discriminadas nesse **Termo de Referência**, de acordo com o recebimento das Ordens de Fornecimento geradas pelo Setor de Compras;

9.2. A (s) Empresa (s) licitante (s) que se sair (em) vencedora (s) do certame licitatório deverá/ão disponibilizar a ficha técnica atualizada dos produtos ofertados, quando for o caso, bem como anexar na Plataforma do Portal de Compras Públicas e também encaminhar por e-mail: licitacoes@ourofino.mg.gov.br a proposta de preço atualizada;

9.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Departamento de Administração ou ainda a terceiros, durante a execução da Ata de Registro de Preços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento feito pela Administração;

9.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos produtos será fiscalizado pelo Município, através de servidor designado para tal função dentro dos padrões determinados pela Lei Federal n.º 14.133/21;

10.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, recusar-se a receber no todo ou em parte os produtos, sempre que não atender ao estipulado na proposta comercial do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA DA ATA

11.1. São obrigações:

11.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e forma estipulados de acordo com o cronograma de pagamentos, seguindo a Ordem Cronológica.

11.3. Solicitar os produtos em conformidade com suas necessidades durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços;

11.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização da execução do fornecimento.

12. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

12.1. Fornecer os produtos de acordo com as especificações estipuladas pelo Município de Ouro Fino/MG;

12.2. Prestar, dentro dos prazos, informações sobre a disponibilidade dos produtos, bem como os horários de entrega nos endereços informados pela Ordem de Fornecimento;

12.3. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior que gere fato impeditivo para o fornecimento dos produtos;

12.4. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao manuseio e entrega dos produtos objeto da Ordem de Fornecimento;

12.5. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados no manuseio/transporte e entrega dos produtos requeridos;

12.5.1. A Detentora será responsável pela entrega dos produtos em embalagens íntegras, sem danos aparentes ou ocultos, sem oxidação e ou danos provenientes do manuseio incorreto dos produtos ora adquiridos pela Administração;

12.6. A Detentora da Ata responde por danos causados à Administração e ou a terceiros, comprovada a culpa ou dolo;

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será adequado de comum acordo das partes pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei n.º 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

14.4. O FISCAL DO CONTRATO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

14.5. O FISCAL DO CONTRATO informará a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

14.6. O FISCAL DO CONTRATO será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

14.7. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

14.8. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato e não excluirá, nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Detentora da Ata de Registro de Preços;

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar o recebimento do objeto da Ata;

15.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou:

14.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Detentora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração;

15.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

15.5. Antes de cada pagamento à Detentora, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo original;

15.6. Constatando-se a situação de irregularidade da Detentora da Ata, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;

15.7. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à anulação da Ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Detentora a ampla defesa;

- 15.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela anulação da Ata, caso a Detentora não regularize sua situação fiscal;
- 15.9. Será anulada a Ata de Registro de Preços com a Detentora inadimplente e irregular com os órgãos fiscais, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Administração;
- 15.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 15.11. A Detentora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123 de 2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 15.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a previsão na Ata de Registro de Preços.

16. DO REAJUSTE

- 16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- 16.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação da Detentora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à Detentora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Detentora obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

17. ALTERAÇÕES DA ATA/CONTRATO

- 17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;
- 17.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, a Detentora será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Ata;

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Ata.

18. ANULAÇÃO DA ATA

18.1. Constituirão motivos para anulação da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021;

18.2. A anulação da Ata poderá ser:

I- Determinada por ato unilateral e escrito do Departamento de Administração, exceto no caso dedescumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo;

18.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital;

18.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

18.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.5.3. Indenizações e multas.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021, quais sejam:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

20.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

20.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

20.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013.

20.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 19.1., deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 19.1.1 a 19.9;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 19.1.2 a 19.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 19.1.8 a 19.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

20.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

20.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

20.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização;

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Municipal n.º 4.365/2022, na Lei n.º 14.133/2021 e subsidiariamente na Lei n.º 9.784/1999;

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Qualquer omissão referente ao teor deste Termo de Referência deverá ser suprida de acordo com o Decreto Municipal nº Ouro Fino e a Lei Federal n.º 14.133/2021.

Ouro Fino, 17 de junho de 2026

Margarete de Almeida Hermes
Diretora Municipal de Saúde

ANEXO II
PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES
(Papel timbrado da licitante)

1. **OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.**

2. **Dados a constar na proposta preenchida pela proponente: Nome da empresa; Endereço; Nome para Contato / Fone / CNPJ.**

- A. Declaro que no preço proposto, encontram-se incluídos todos os materiais, mão de obra, fretes, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação;
- B. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte;
- C. Declaramos ainda que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

3. **DA PROPOSTA:**

3.1. Apresentamos nossa proposta para o futuro e eventual **aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município**, conforme condições especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital:

3.2. Especificação do Objeto e Quantidade:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
TOTAL						

Informar valor total por extenso em R\$ 0,00 (*****).

....., ... de de
 (Local) (Data)

.....
 Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÕES

INDICAR NA PROPOSTA OS SEGUINTE ITENS:

- a) Razão social da Proponente;
- b) Endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF));
- c) Telefone e endereço eletrônico (e-mail);
- d) Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos, se a Licitante se sagrar vencedora do certame, obedecida a Ordem Cronológica;
- e) Validade da proposta de 60 (sessenta) dias;
- f) Prazo de entrega dos produtos é de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- g) O item da proposta deverá obedecer estritamente aos itens constantes do Edital.
- h) O preenchimento da proposta não exclui a necessidade de anexar os documentos para credenciamento, e a proposta impressa e assinada pelo responsável ou procurador.
- i) No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos e ofertar o **MENOR PREÇO ITEM**.



ANEXO II-B
DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA
MODELO (Papel timbrado da licitante)

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) [XXXXXXXXXXXXXX], portador (a) do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 050/2026, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO **MODELO (Papel timbrado da licitante)**

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) [XXXXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF n.º [XXXXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 050/2026, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no **inciso I do art. 63º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.**

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.
O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE **MODELO (Papel timbrado da licitante)**

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a) [XXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF n.º [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 050/2026, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

MODELO (PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) [XXXXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 050/2026, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de 18 (dezoito) anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

Ressalva:

emprega menor a partir de 14 (quatorze) anos na condição de jovem aprendiz ()*

....., ... de de

(Local) (Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

***Obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na Rua/Avenida _____ n.º _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador do CPF n.º _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até presente data, **inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação**, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____/____/____.
Local e Data

Nome, CPF do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

CARIMBO DO CNPJ

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na Rua/Avenida _____ n.º _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador do CPF n.º _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que seus sócios, **não possuem qualquer vínculo** com a PREFEITURA MUNICIPAL DE.....

_____/_____/_____.
Local e Data

Nome, CPF do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

CARIMBO DO CNPJ

ANEXO VIII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº /2026

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

Aos dias, XXX de XXX de 2026 o MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.671.271/0001-34, com sede na Av. Cyro Gonçalves, 173, Centro – Ouro Fino - MG, CEP: 37.570-000 - Telefone: (35) 3441-9406, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Antônio Benedito Salgueiro Miguel, doravante denominado de ÓRGÃO GERENCIADOR.

Detentora (s) da Ata de Registro de Preços:

1. RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda, S.A, ME etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], inscrito no CPF nº [xxxx], residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

As partes acima elencadas RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal n.º 4221/2023 e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO acima referenciado, cujo objeto é: a presente licitação tem por objeto Pregão Eletrônico Registro de Preços para **Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do Pregão Eletrônico n.º 050/2026 realizado em 07/07/2026, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Presencial n.º acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto Pregão Eletrônico Registro de Preços para aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

1.1. O Município e suas secretarias não se obrigam a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

2.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico n.º 050/2026 terá seu extrato publicado no site oficial do município e na AMM, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

2.4. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

3.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no **Anexo I do Termo de Referência**, de acordo com o cronograma disponibilizado pelo Departamento demandante;

3.2. A Empresa licitante que se sair vencedora do certame licitatório deverá fornecer o produto de acordo com o solicitado no Termo de Referência da melhor forma a atender às necessidades do Município;

3.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

3.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.5. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento das faturas à(s) licitante(s) vencedora(s) será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal referente aos fornecimentos executados, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Administração, juntamente com as Ordens de Fornecimento emitidas, devidamente assinada por servidor identificado e autorizado para tal, desde que, no ato do recebimento do produto seja atendida todas as especificações do **TERMO DE REFERÊNCIA**, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preço;

4.2. O prazo para a efetivação do pagamento referente ao (s) fornecimento (s) solicitado e devidamente executados será de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da (s) respectiva (s) Ordem de Fornecimento e demais documentação necessária, de acordo com o **Termo de Referência**, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Detentora da Ata;

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o (s) pagamento (s) pendente (s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

4.4. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Serviço, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5. Os preços registrados são os seguintes:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021.

5.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irremovíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação;

5.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata;

5.4. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

5.4.1. Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

5.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem

reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

5.5. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.6. Sofrer sanção prevista no art. 156º incisos I ao IV da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.7. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1. Nos valores registrados quanto aos serviços a serem executados, incluem-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

Ficha 314 020402 10 301 0009 2049 339030

353 020402 10 302 0029 2050 339030

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, são obrigações:

8.2. Da Fornecedor/Beneficiária:

- a) Executar com pontualidade os serviços solicitados conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;

- b) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias; atender com prontidão às reclamações por parte do receptor dos serviços, objeto da presente Ata;
- c) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- d) Comunicar ao MUNICÍPIO modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- e) Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço;

8.2.1. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora;

8.2.2. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**;

8.3. Do Órgão Gerenciador e os Departamentos Municipais:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Emitir requisição dos serviços a serem executados.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.1. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior a aquele praticado no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- g) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;

h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

9.1.2. Pela Detentora quando:

a). Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

9.2. A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços pelo Município. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa;

9.3. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente;

9.4. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza;

9.5. A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021;

10.2. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

10.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas como o órgão gerenciador;

10.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador;

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador,

independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem;

10.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

10.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Contratada as penalidades previstas na Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021;

11.2. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes;

11.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG, através do Departamento Municipal de Saúde;

12.2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata;

e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata;

f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro (s) órgão da Administração Pública que externem a

intenção de utilizar a presente Ata;

g) Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos/serviços, através de Servidor designado para tal;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Rege-se a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de .Ouro Fino/MG com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

14.2. Justos e acordados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos legais.

Ouro Fino - MG, XXX de XXX de 2026

MUNICÍPIO DE OURO FINO – CONTRATANTE

Antônio Benedito Salgueiro Miguel
Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA – CONTRATADA



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MODELO (Papel timbrado da licitante)

OBJETO: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o n.º [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do CPF n.º [XXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 050/2026, não ter recebido do Município de Ouro Fino/MG, ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

A empresa, inscrita no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o n.º, DECLARA, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no **art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**

....., ... de de
(Local) (Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



APROVAÇÃO JURÍDICA

À PROCURADORIA MUNICIPAL

Encaminho os autos da presente solicitação de autuação de processo licitatório na Modalidade **Pregão Eletrônico n.º 050/2026 - Processo n.º 131/2026**, requerida pelo Departamento de Saúde para apreciação e aprovação quanto aos seus aspectos jurídicos, em observância ao artigo 53, § 4º da Lei n.º 14.133/2021.

Ouro Fino, 17 de junho de 2026

Edmar Pinto de Carvalho
Pregoeiro



AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 131/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2026– REGISTRO DE PREÇOS N.º 036/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 131/2026 - Pregão Eletrônico n.º 050/2026**, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.ourofino.mg.gov.br, na aba Licitações. **Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares e afins para utilização no Pronto Atendimento e nas Unidades Básicas de Saúde do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.** Início de Cadastramento das Propostas: 23/06/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 07/07/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 07/07/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 07/07/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

Edmar Pinto de Carvalho
Pregoeiro

Certifico que este aviso foi publicado em conformidade com a Lei 2.433, de 10/09/2015.

Em, 18/06/2026.

*Gislaine Cristina Batista Teixeira
Chefe de Licitações*